

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte : 501163140

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	2.079.919,87	2.129.436,34
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	6	129.504,55	137.859,28
Activos intangíveis	7	0,00	0,00
Investimentos financeiros	14.1	32.111,14	37.389,71
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		<b>2.241.535,56</b>	<b>2.304.685,33</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9	10.497,41	9.983,07
Clientes	14.2	29.548,80	27.841,47
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14.8	1.147,23	5.066,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	14.3	241.986,20	121.218,74
Diferimentos	14.4	4.249,12	7.345,28
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	14.5	95.492,98	97.328,71
		<b>382.921,74</b>	<b>268.784,15</b>
<b>Total do activo</b>		<b>2.624.457,30</b>	<b>2.573.469,48</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14.6	650.077,38	650.077,38
Excedentes técnicos	14.6	0,00	0,00
Reservas	14.6	0,00	0,00
Resultados transitados	14.6	389.221,29	431.444,48
Excedentes de revalorização	14.6	767.029,50	825.289,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	244.395,70	306.193,03
		<b>2.050.723,87</b>	<b>2.213.004,39</b>
Resultado líquido do período		157.274,57	-100.483,19
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>2.207.998,44</b>	<b>2.112.521,20</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	187.022,46	206.275,06
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>187.022,46</b>	<b>206.275,06</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14.7	39.870,02	47.894,11
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14.8	24.570,46	25.772,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	19.175,56	18.815,23
Diferimentos	14.4	7.420,75	9.421,39
Outras contas a pagar	14.9	138.399,61	152.769,74
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>229.436,40</b>	<b>254.673,22</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>416.458,86</b>	<b>460.948,28</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2.624.457,30</b>	<b>2.573.469,48</b>

A Mesa Administrativa

O Responsável



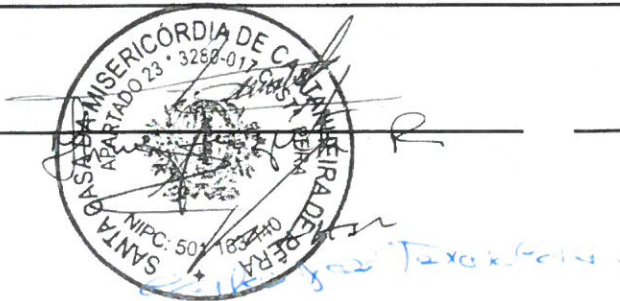
*[Handwritten signature]*

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	530.665,87	537.039,42
Subsídios, doações e legados à exploração	11, 14.10	525.484,52	428.113,86
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	182.088,15	207.645,24
Fornecimentos e serviços externos	14.11	232.207,03	196.317,11
Gastos com o pessoal	12	623.967,03	638.469,83
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-346,07	346,07
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	14.12	275.475,21	104.583,96
Outros gastos e perdas	14.13	45.764,18	27.399,72
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>247.945,28</b>	<b>-440,73</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	87.643,71	96.620,76
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>160.301,57</b>	<b>-97.061,49</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10, 14.14	117,08	117,08
Juros e gastos similares suportados	14.14	3.144,08	3.538,78
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>157.274,57</b>	<b>-100.483,19</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>157.274,57</b>	<b>-100.483,19</b>



*A. J. J. J.*

# **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA**

**Anexo**

**31 de dezembro 2014**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4 e 5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5,6,7,8 e 9
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9 e 10
6	Propriedades de Investimento.....	11
7	Activos Intangíveis.....	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	11
9	Inventários .....	12
10	Rédito .....	12
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	13
12	Benefícios dos empregados .....	13
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
14	Outras Informações.....	14
14.1	Investimentos Financeiros .....	14
14.2	Clientes e Utentes .....	15
14.3	Outras contas a receber .....	15
14.4	Diferimentos .....	15
14.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	16
14.6	Fundos Patrimoniais.....	16
14.7	Fornecedores .....	16
14.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
14.9	Outras Contas a Pagar .....	17
14.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	17
14.11	Fornecimentos e serviços externos.....	17
14.12	Outros rendimentos e ganhos .....	17
14.13	Outros gastos e perdas .....	18
14.14	Resultados Financeiros.....	18
14.15	Acontecimentos após data de Balanço .....	18

O presente **Anexo**, relativo ao período de 2014, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

## 1 Identificação da Entidade

**Designação da Entidade:** SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

**Sede Social:** Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

**NIPC:** 501 163 140

**Atividade Principal:** Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

**Endereço Eletrónico:** [geral@scmcp.pt](mailto:geral@scmcp.pt)

**Natureza/Constituição:** Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III.


## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Pressuposto da Continuidade:**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**


Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou



inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” ou “Outros Gastos Operacionais”.

### 3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente, venham a gerar benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.





### 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

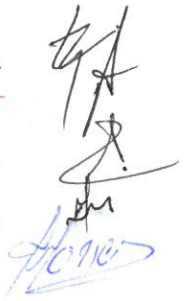
Procedeu-se, durante o ano 2014, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

### 3.2.6 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.



Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### **3.2.7 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Cientes e Outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras Contas a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos



como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

### 3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) ...
- b) As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) ...

## 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26	28,52		-28,52		8.941,26
Edifícios e o. construções	2.023.425,24	33.540,00		-33.540,00		2.023.425,24
Equipamento básico	525.176,31	52.016,32	-30.372,79			546.819,84
Equipamento de transporte	93.323,14	63.542,07				156.865,21
Equipamento administrativo	101.652,14	984,00				102.636,14
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	20.350,43				20.350,43
<b>Total</b>	<b>2.752.518,09</b>	<b>170.461,34</b>	<b>-30.372,79</b>	<b>-33.568,52</b>	<b>0,00</b>	<b>2.859.038,12</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e o. construções	103.876,49	35.167,97				139.044,46
Equipamento básico	380.429,24	48.456,61	-30.372,79			398.513,06
Equipamento de transporte	93.323,14	3.300,00				96.623,14
Equipamento administrativo	87.844,67	7.169,44				95.014,11
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	407,01				407,01
<b>Total</b>	<b>665.473,54</b>	<b>94.501,03</b>	<b>-30.372,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>729.601,78</b>

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Edifícios e o. construções	2.023.425,24					2.023.425,24
Equipamento básico	546.819,84	33.055,51				579.875,35
Equipamento de transporte	156.865,21		-10.375,00			146.490,21
Equipamento administrativo	102.636,14	2.952,00				105.588,14
Outros Ativos fixos tangíveis	20.350,43					20.350,43
<b>Total</b>	<b>2.859.038,12</b>	<b>36.007,51</b>	<b>-10.375,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.884.670,63</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e o. construções	139.044,46	35.167,97				174.212,43
Equipamento básico	398.513,06	33.182,23				431.695,29
Equipamento de transporte	96.623,14	12.708,41	-10.375,00			98.956,55
Equipamento administrativo	95.014,11	4.058,36				99.072,47
Outros Ativos fixos tangíveis	407,01	407,01				814,02
<b>Total</b>	<b>729.601,78</b>	<b>85.523,98</b>	<b>-10.375,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>804.750,76</b>

As aquisições de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2014, enquadram-se, na sua maioria, no projeto PRODER "Sempre a Renovar", cujo financiamento é de aproximadamente 75%.

Adquiriu-se ainda, sem financiamento, equipamento básico e administrativo no montante de 3.445,36 €.

O abate descrito refere-se ao desreconhecimento, por doação, de uma carrinha totalmente depreciada.

## 6 Propriedades de Investimento

### Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2013 e 2014, foram os seguintes:

Descrição	2013					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
	139.979,01				-2.119,73	137.859,28
<b>Total</b>	<b>139.979,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.119,73</b>	<b>137.859,28</b>

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
	137.859,28		-6.235,00		-2.119,73	129.504,55
<b>Total</b>	<b>137.859,28</b>		<b>-6.235,00</b>		<b>-2.119,73</b>	<b>129.504,55</b>

A alienação referida, diz respeito ao desreconhecimento, por venda, de uma propriedade de investimento.

## 7 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2013					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Prog.de Computador	9.556,73					9.556,73
<b>Total</b>	<b>9.556,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.556,73</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
<b>Total</b>	<b>9.556,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.556,73</b>
Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Prog.de Computador	9.556,73					9.556,73
<b>Total</b>	<b>9.556,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.556,73</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
<b>Total</b>	<b>9.556,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.556,73</b>

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	16.750,00	181.942,86	198.692,86	16.650,00	198.769,90	215.419,90
Locações Financeiras	2.425,56	5.079,60	7.505,16	2.165,23	7.505,16	9.670,39
<b>Total</b>	<b>19.175,56</b>	<b>187.022,46</b>	<b>206.198,02</b>	<b>18.815,23</b>	<b>206.275,06</b>	<b>225.090,29</b>

O referido empréstimo bancário foi concedido em 2006, pelo prazo de 20 anos. O propósito da sua constituição foi o financiamento da obra "Lar de Idosos S. Domingos".

Durante o ano 2013 efetuou-se um contrato de locação financeira cujo objeto de financiamento foi um veículo de 5 lugares.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2013			2014			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat.Primas Subs.Cons.	12.411,64	202.821,32	2.395,35	9.983,07	180.302,58	2.299,91	10.497,41
<b>Total</b>	<b>12.411,64</b>	<b>202.821,32</b>	<b>2.395,35</b>	<b>9.983,07</b>	<b>180.302,58</b>	<b>2.299,91</b>	<b>10.497,41</b>
<b>CMVMC</b>				<b>207.645,24</b>			<b>182.088,15</b>

## 10 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	517.980,26	534.812,42
Quotas e jóias	1.360,61	2.227,00
O. Serviços	11.325,00	0,00
<b>Juros</b>	117,08	117,08
<b>Total</b>	<b>530.782,95</b>	<b>537.156,50</b>

Verifica-se uma variação negativa nos valores de prestação de serviços, mais propriamente nas quotas de utilizadores, este fato deve-se essencialmente a:

- Diminuição da taxa de ocupação nas respostas sociais de SAD e Centro de Dia;
- Ligeira diminuição do valor das mensalidades, originada por cortes nas pensões dos nossos clientes.

O montante de "Outros Serviços" refere-se à prestação de serviços no âmbito das atividades inseridas nas medidas de formação: 2.3; 3.6 e 6.1, do POPH.

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2014	2013
<b>Subsídios do Governo</b>		
Comparticipações Financeiras – ISS, IP	384.717,90	385.564,73
Sub. Eventuais – Sub. Funeral -ISS	1.471,52	2.298,00
Outras Entidades - EOEP	121.633,60	26.182,95
IEFP	10.071,55	4.321,78
POPH (2.3) Proj.072344/2012/23_100%	46.472,16	21.729,18
POPH (3.6) Proj.096004/2013/36_71,76%	9.783,65	41,61
POPH (6.1) Proj.094062/2013/61_100%	55.306,24	90,38
<b>Total</b>	<b>507.823,02</b>	<b>414.045,68</b>

As variações em “Subsídios do Governo – O. Entidades – EOEP” são consequência de atividades/projetos financiados pelo POPH. No âmbito destas atividades desenvolveram-se diversas formações com início em 2013 (final) e terminus em dezembro de 2014.

Verifica-se ainda que, a diminuição da frequência de clientes nas respostas sociais Centro de Dia e SAD, influenciam negativamente o saldo das participações da Segurança Social em 2014.

## 12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2014 e 2013, mantiveram-se em 18.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de 64 e em 31/12/2014 foi de 64.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	503.758,55	522.807,77
Encargos sobre as Remunerações	105.491,19	106.328,67
Seguros de Acidentes no Trab. Doenças Profis.	4.081,30	4.065,19
Outros Gastos com o Pessoal	2.496,40	1.331,78
O. Pessoal	8.139,59	3.936,42
<b>Total</b>	<b>623.967,03</b>	<b>638.469,83</b>

A variação ocorrida nos valores “Remunerações ao pessoal” deve-se ao elevado número de baixas durante o ano 2014.

A rubrica “Outro Pessoal” inclui os contratos de emprego inserção e estágios profissionais.

### 13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2013, foram de 2.952,00€ em ambos os períodos.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O mandato dos Corpos Gerentes tem a duração de três anos civis.

Os referidos membros não são remunerados.

### 14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Outros investimentos financeiros	32.111,14	37.389,71
<b>Total</b>	<b>32.111,14</b>	<b>37.389,71</b>

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas “Investimentos Financeiros” e “Ativos Não Correntes Detidos para Venda”



## 14.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	29.548,80	27.841,47
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Utentes	5.909,45	6.255,52
<b>Total</b>	<b>35.458,25</b>	<b>34.096,99</b>

Nos períodos de 2014 e 2013 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2014	2013
Utentes	-5.909,45	-6.255,52
<b>Total</b>	<b>-5.909,45</b>	<b>-6.255,52</b>

Esta diminuição diz respeito ao registo de uma reversão de perda por imparidade.

## 14.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Outros Devedores e O. Financiadores	241.986,20	121.218,74
<b>Total</b>	<b>241.986,20</b>	<b>121.218,74</b>

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de: utentes (despesas extra mensalidade), “Outras Entidades” e de “Outros Financiadores – Estado e Outras Entidades Oficiosas” (ISS, POPH, PRODER e IEFP), a este montante subtrai-se o montante de participações do ISS deduzidas em 2015 com referência a 2014.

Na rubrica “Outros devedores – Outras Entidades” está incluído o montante a receber pela venda de uma propriedade de investimento, daí a variação de valores apresentada.

## 14.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros Diversos	4.074,05	4.274,69
Gastos de Funcionamento	175,07	3.070,59
<b>Total</b>	<b>4.249,12</b>	<b>7.345,28</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	312,48	312,48
IEFP	7.108,27	9.108,91
<b>Total</b>	<b>7.420,75</b>	<b>9.421,39</b>

#### 14.5 Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas “Caixa” e “Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Caixa	2.284,80	2.221,44
Depósitos à ordem	91.661,91	93.561,00
Depósitos a prazo	1.546,27	1.546,27
<b>Total</b>	<b>95.492,98</b>	<b>97.328,71</b>

#### 14.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650.077,38	0,00	0,00	650.077,38
Resultados Transitados	431.444,48	58.260,00	-100.483,19	389.221,29
Excedentes de Revalorização	825.289,50	0,00	-58.260,00	767.029,50
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	306.193,03	364,55	-62.161,88	244.395,70
<b>Total</b>	<b>2.213.004,39</b>	<b>58.624,55</b>	<b>-220.905,07</b>	<b>2.050.723,87</b>

As diminuições verificadas dizem respeito à transferência do resultado líquido negativo de 2013 para a resultados transitados, ao tratamento dado aos subsídios de investimento/doações nota (3.2.6) e à venda de imóveis doados.

A variação positiva ocorrida nos “Resultados Transitados” é consequência do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade). O aumento nas “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” diz respeito a um acerto/correção no montante a ser financiado pelo PRODER.

#### 14.7 Fornecedores

O saldo da conta de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	39.870,02	47.894,11
<b>Total</b>	<b>39.870,02</b>	<b>47.894,11</b>

#### 14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
<b>Ativo</b>		
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA) _Restituição	1.147,23	5.066,88
<b>Total</b>	<b>1.147,23</b>	<b>5.066,88</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto s/o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	2.737,00	2.931,00
Segurança Social	21.814,46	22.836,90
Fundo Compensação do Trabalho	19,00	4,85
<b>Total</b>	<b>24.570,46</b>	<b>25.772,75</b>

#### 14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	34.693,38	51.781,07
Credores por acréscimo de gastos	97.719,04	95.429,90
Outros credores	5.987,19	5.558,77
<b>Total</b>	<b>138.399,61</b>	<b>152.769,74</b>

#### 14.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	507.823,02	414.045,68
Doações e heranças	17.661,50	14.068,18
<b>Total</b>	<b>525.484,52</b>	<b>428.113,86</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

#### 14.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos", nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços especializados	116.194,09	73.514,50
Materiais	4.669,18	6.856,24
Energia e fluidos	84.351,06	97.847,04
Deslocações, estadas e transportes	1.074,01	1.113,59
Serviços diversos	13.750,48	13.271,71
Encargos com os utentes	23.168,21	3.714,03
<b>Total</b>	<b>232.207,03</b>	<b>196.317,11</b>

#### 14.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	916,90	648,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	88,99	3,61
Ganhos em inventários	41,54	0,00
Rendim. e ganhos nos restantes ativos financeiros	267,36	26,02
Rendim. e ganhos em investim. não financeiros	241.624,44	65.755,22
Outros rendimentos e ganhos	32.535,98	38.150,98
<b>Total</b>	<b>275.475,21</b>	<b>104.583,96</b>

A rubrica "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" apresenta um aumento significativo que resulta da alienação, em 2014, de imóveis doados à Instituição.

**14.13 Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	244,42	233,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	5.328,16
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	89,91	3,02
Gastos e perdas investimentos não financeiros	13.880,55	13.300,42
Outros Gastos e Perdas	31.549,29	8.535,07
<b>Total</b>	<b>45.764,18</b>	<b>27.399,72</b>

O acréscimo de valores em "Outros Gastos e Perdas – custos com apoios financeiros concedidos" deve-se, essencialmente, à existência de inúmeras formações, durante o ano 2014, enquadradas nas medidas 2.3 e 6.1. do POPH.

**14.14 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	2.440,02	2.557,27
Outros gastos e perdas de financiamento	704,06	981,51
<b>Total</b>	<b>3.144,08</b>	<b>3.538,78</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	117,08	117,08
<b>Total</b>	<b>117,08</b>	<b>117,08</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-3.027,00</b>	<b>-3.421,70</b>

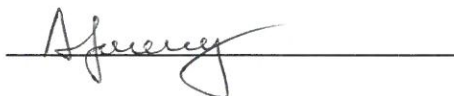
**14.15 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Castanheira de Pera, 31 de Dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



A Mesa Administrativa





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de ativo líquido de 2.624.457 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.207.998 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 157.274 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Misericórdia, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.


### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da Mesa Administrativa é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Coimbra, 23 de março de 2015

  
**SANDRA SIMÕES & SARA BARROS, SROC, LDA (SROC n°225)**  
Representada pela **Dra. Sandra Maria de Almeida Simões (ROC n° 1249)**